



**POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE
DADOS PESSOAIS NO EMGFA**

DESPACHO Nº 163/CEMGFA/2019

(ANEXO B)



Preâmbulo

Através do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, foi aprovado um novo regime em matéria de proteção de dados pessoais, o qual veio desenvolver novas questões no âmbito do seu tratamento e livre circulação, tendo procedido, concomitantemente, à revogação da Diretiva 95/46/CE.

Por sua vez, a publicação da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, doravante designado de Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Atento a que o Estado-Maior-General das Forças Armadas (adiante abreviadamente designado por EMGFA) lida com diferentes tipos de dados pessoais, provenientes de diferentes grupos de titulares e fontes, o objetivo desta informação é dar-lhe a conhecer as novas regras aplicáveis ao tratamento dos seus dados pessoais, os seus direitos e a forma como pode gerir os seus consentimentos.

A proteção da privacidade e dos dados pessoais é uma prioridade para o EMGFA e um claro compromisso assumido pela instituição.

Quaisquer dados pessoais que nos forneça serão tratados com as garantias de segurança e confidencialidade exigidas pelo enquadramento legal relativo à proteção de dados pessoais.

Os presentes Termos e Condições, que deverá ler atentamente, poderão ser alterados, considerando-se que as alterações entram em vigor a partir da data da sua colocação neste sítio, fazendo-se expressa referência à data de atualização.

1. Dados Pessoais

Entende-se por «Dados pessoais», a informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados).

É considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

2. Tratamento de dados

O EMGFA enquanto entidade responsável pelo tratamento de dados:

Assegura que o tratamento dos seus dados pessoais é efetuado apenas no âmbito das finalidades para as quais os mesmos foram recolhidos ou para finalidades compatíveis com aquelas, mediante prévio consentimento do titular;

(continua)

H-2



Recolhe, utiliza e conserva apenas os dados pessoais mínimos, necessários e suficientes para a finalidade em causa;

Não procede a qualquer transmissão de dados pessoais para fins comerciais ou de publicidade;

Trata os dados pessoais para fins legalmente previstos;

Garante a livre circulação de dados entre entidades públicas que tenham aprovado um código de conduta nos termos do RGPD, criando um espaço de liberdade e segurança de informação, reduzindo ao máximo a duplicação de entrega de dados pessoais por parte do seu titular, caso seja exercido o direito de portabilidade.

3. Arquivo de Dados Pessoais

Os seus dados pessoais são conservados pelo período estritamente necessário ao seu tratamento, de acordo com a finalidade respetiva.

Os períodos de conservação podem alterar de acordo com o interesse público associado, motivos históricos, científicos ou estatísticos que o justifiquem, comprometendo-se o EMGFA a adotar medidas apropriadas de conservação e segurança.

4. Segurança de Dados Pessoais

O EMGFA, na prossecução das suas atividades, utiliza um conjunto de tecnologias e procedimentos de segurança adequados à proteção dos seus dados pessoais, salvaguardando o acesso e divulgação não autorizados, nomeadamente através de:

Medidas de segurança física, como o controlo de acessos físicos de colaboradores e visitantes às instalações, mecanismos restritos de acesso a centros de dados e combate à intrusão;

Medidas de segurança lógica, na componente de acessos a sistemas e postos de trabalho através de mecanismos de gestão de identidades, autenticação e privilégios e outras medidas contra a intrusão.

5. Acesso e controlo dos Dados Pessoais por parte do titular

Possibilitamos, a seu pedido, o acesso, a retificação e a eliminação dos seus dados, tendo igualmente o direito de se opor ao processamento de determinados dados pessoais.

Caso a utilização dos seus dados pessoais seja baseada no consentimento, tem o direito de o retirar, sem comprometer a validade do tratamento de dados efetuado até esse momento.

(continua)

H-3



Através do encarregado de proteção de dados pode solicitar:

- Informação acerca dos seus dados;
- Informação acerca do processamento;
- A finalidade subjacente ao tratamento;
- A correção, ou atualização, de algum dado;
- Os seus dados num formato aberto;
- O apagamento dos dados, o que prejudicará, neste caso, futuros tratamentos.

6. Partilha de dados pessoais a outras entidades, subcontratantes ou terceiros

O EMGFA partilha dados com entidades externas autorizadas e que trabalhem com a organização, de forma a assegurar um tratamento de dados adequado.

Em determinadas circunstâncias, o EMGFA é obrigado por lei a partilhar informação com entidades públicas, com autoridades policiais ou judiciárias.

Em qualquer dos casos, o EMGFA toma as medidas necessárias para garantir que tais entidades respeitam e protegem os dados pessoais transmitidos.

7. Alteração à política de segurança e privacidade

Os presentes Termos e Condições, que deverá ler atentamente, poderão ser alterados, considerando-se que as alterações entram em vigor a partir da data da sua colocação neste sítio, fazendo-se expressa referência à data de atualização.

8. Encarregado de Proteção de Dados

O EMGFA designou um Encarregado de Proteção de Dados que poderá ser contactado através do endereço eletrónico epd@emgfa.pt ou por carta registada com aviso de receção dirigida a Estado-Maior-General das Forças Armadas, Avenida Ilha da Madeira, Lisboa.

(continua)

H-4